

Ana Cabana Iglesia, Xente de Orde. O Consentimento ao Franquismo en Galicia, Santa Comba (A Coruña), tresCtres Editores, 2009, 303 páginas.

Ana Cabana Iglesia doutorou-se em história na Universidade de Santiago de Compostela (USC), instituição em que é actualmente professora de história contemporânea e da América. Este livro representa uma parte da sua tese de doutoramento intitulada *Entre a Resistência e a Adaptacion. A Sociedade Rural Galega no Franquismo 1936-1960*, tese como a qual recebeu o “Prémio Extraordinario de Doutoramento”.

O trabalho de Ana Cabana insere-se num projecto de investigação conduzido pelo grupo de história agrária da USC, começado no início dos anos 90, cujo objectivo principal é, por um lado, o de investigar os fundamentos da estrutura franquista, como as *hermandades*, e, por outro, o de analisar os mecanismos utilizados na construção do consenso e os conflitos latentes, indicativos de algumas formas de resistência. Como salienta Lourenzo Fernando Prieto no prefácio do livro, este programa, para o qual Ana Cabana Iglesia contribuiu de forma decisiva, visa sobretudo reconstruir a forma como a ditadura se implantou “depois da repressão que seguiu a um golpe que em Galícia não foi guerra aberta”.

Uma das vantagens evidentes do texto é a sua clareza expositiva, quer na explicação dos conceitos, quer na própria estrutura e organização dos assuntos. Antes de mais, a autora traça uma panorâmica dos estudos sobre repressão e consenso relativos a outros casos (alemão e italiano, sobretudo) e dos conceitos que estão na base destas análises, chegando a considerar que o termo “consenso”, elaborado para estudar regimes democráticos, apresenta algumas dificuldades de aplicação no caso de regimes autoritários. Ana Cabana Iglesia considera mais apropriado o emprego do termo “consentimento”, especificando que “o conceito de consenso está mais próximo ao que podemos denominar ‘afinidade ideológica’, ou ‘acordo’ com o sistema político”, enquanto a expressão “consentimento” compreende também “aspectos como a obediência habitual, os custos de oportunidade, os incentivos e as pressões” (p. 42).

Na debate italiano sobre o consenso no fascismo, o primeiro estudioso a “abrir as portas” à análise sobre as atitudes populares face ao franquismo foi mesmo um italiano, Francesco Barbagallo, no final dos anos 80. Na perspectiva de que o consenso (neste caso, o consentimento) e a violência política representam as duas principais formas de um regime construir a sua própria legitimação, como já evidenciava Weber (1994) indicando os dois pólos de *Macht* e *Herrschaft*, a autora introduz o seu estudo sobre o consentimento na Galiza com um quadro da repressão vivida pela população

na fase de instalação do regime franquista. Ana Cabana Iglesia evidencia que o embate da violência nesta região foi também mais incisivo por não ser compensado pela presença de formas de militância ou de resistência organizada, pelo que a população passou quase directamente da repressão à adaptação.

Esta adaptação assumiu várias formas, que a autora estuda sobretudo através de entrevistas e arquivos dos governos civis. A primeira forma, chamada “colaboração-realismo”, é explicada com a exigência de regresso à “normalidade” da população, depois das violências e dramas da guerra civil, embora baseada na vigilância contínua e na permanência de um clima de terror e controlo. Todavia, esta adaptação podia esconder em si um mecanismo de resistência, ainda que, tratando-se de “resistência individual”, dificilmente pudesse dar lugar a uma acção de oposição organizada.

A segunda forma é a “colaboração-conveniência”, típica dos que, aproveitando a situação, conseguem alguma vantagem. É o caso, por exemplo, dos grandes contrabandistas, que, com alguma protecção do regime, alcançaram grandes fortunas aproveitando-se das condições de fome, pobreza e falta de alimentos.

Enfim, há ainda a “colaboração-providência”, caracterizada por uma qualquer adesão aos valores do regime. Esta colaboração é conseguida pelas instituições através de três diferentes estratégias e pode efectivar-se (ou não) em atitudes de verdadeira participação nas fileiras do regime. A primeira estratégia é a manipulação ideológica, ou seja a propaganda, com vista a recriar a realidade e a destruir a imagem dos inimigos. A segunda é a inculcação de modelos, sobretudo através da educação; e a terceira a promoção de “obras sociais”. Outros caminhos através dos quais os cidadãos podiam chegar a acreditar no regime podia ser a participação na guerra, que favoreceu o enraizamento de uma visão dicotómica amigo-inimigo e, enfim, a dificuldade por parte dos cidadãos desprovidos de cultura política de se porem em contraste com a “legalidade”, ainda que se tratasse de uma legalidade que transgredia os direitos fundamentais.¹

Por último, é analisada a atitude de colaboração mais extrema, ou seja a “denúncia”. A autora observa que este tipo de comportamento, bastante frequente, raramente era baseado em convicções ideológicas. Muitas vezes, os delatores eram motivados por questões de vingança pessoal (relacionadas

¹ Os custos morais e sociais, inerentes à assunção de uma posição de dissidência num contexto autoritário, foram também salientados claramente por José Maria Maravall (1975, p. 191), que afirma: “converter-se num dissidente político num contexto político não-democrático pode ser interpretado como um processo semelhante ao de se converter em ‘desviado’”.

com outros casos), tratando-se de cidadãos que tiveram alguma ligação com a “esquerda” e que procuravam desta forma “limpar” a sua própria posição a respeito do regime e do próprio passado, chegando mesmo a denunciar ex-camaradas. Neste quadro, como salienta a autora nas conclusões, no domínio do consentimento não parecia existir espaço para a oposição, mas apenas para formas individuais de mal-estar.

Ana Cabana Iglesias mantém uma atitude atenta às *nuanças* e às sombras da realidade, em que a análise dos fenómenos é olhada na sua complexidade e nunca de forma unívoca. Assim, por exemplo, o interesse pelas temáticas relativas à violência política “de cima para baixo”, que foram determinantes na instalação do franquismo e na sua consolidação, entrelaçam-se com a atenção concedida às questões sobre as formas como a sociedade reagiu e as suas várias atitudes de consenso (o melhor, “consentimento”, para usar o conceito da autora) e de resistência. Mas não só: todos estes conceitos se ligam, de um nasce o outro, sem que se possa desligar completamente o momento da repressão, do consentimento e da resistência. Todos estes mecanismos, repressão, consentimento, resistência, são analisados na sua real fenomenologia, descrevendo um espectro de comportamentos sociais multifacetado e complexo. A análise da tentativa por parte das instituições de “penetrar” a sociedade civil, através da construção do consenso ou da violência, corre assim paralela à análise do modo como a sociedade civil desenvolveu formas de resistência ou de consentimento, sendo esta resposta social sempre colocada, também, em relação com as condições preexistentes, como a cultura política ou outras condições ambientais de cariz social ou económico.

Embora a autora não acene a esta literatura, o seu trabalho reflecte, de facto, a evolução que a teoria dos movimentos sociais tem conhecido nos últimos anos. Se um dos conceitos-chave para estudar a emergência da acção colectiva, ou da resistência individual, foi durante muitos anos o de “estrutura das oportunidades políticas” (EOP) — que, na sua versão clássica, vê as instituições e os movimentos como dois elementos separados e em oposição — a nova geração que se dedica a estas temáticas tem uma visão mais matizada e complexa e, com efeito, o conceito de EOP, normalmente aplicado a sistemas democráticos, começou também a ser utilizados para analisar contextos autoritários.²

Este livro é, portanto, um trabalho muito original e que utiliza de forma ecléctica, mas pertinente, instrumentos teóricos-metodológicos de diferentes disciplinas, como a sociologia dos movimentos sociais, a ciência política, a

² V., por exemplo, o estudo de Dorronsoro (2005) sobre o caso turco.

teoria historiográfica. Por outro lado, é mesmo no plano historiográfico que se evidenciam, na nossa opinião, algumas fraquezas relativas. Antes de mais, parece em parte superficial a reflexão sobre o debate historiográfico italiano em relação à questão do consenso no fascismo. Se a autora afirma que em Itália existe uma concordância entre os historiadores em conferir um papel preponderante ao elemento do consenso em relação ao da violência durante o vinténio, sobretudo a partir dos estudos de De Felice, de facto a situação é muito mais complexa e existe um debate aceso sobre este ponto que não envolve apenas os historiadores, mas sim também a sociedade civil e os *media*. Por outro lado, a própria definição de De Felice como “revisionista” é muito problemática e não é partilhada por todos os historiadores. É claro que dada a natureza do seu trabalho, a autora não podia aprofundar esta discussão, mas uma vez que conferiu às questões aí debatidas um papel importante, também em relação à historiografia espanhola nos parece que transmitir uma visão menos estereotipada teria sido mais frutuoso.

Por outro lado, na nossa opinião, o trabalho da autora podia ter em maior consideração os estudos desenvolvidos sobre o caso português, como, por exemplo, o trabalho de Goffredo Adinolfi (2007) sobre a propaganda e o consenso no salazarismo, que utilizando instrumentos analíticos e fontes semelhantes, podia fornecer uma boa base de comparação.

BIBLIOGRAFIA

- ADINOLFI, G. (2007), *Ai Confini del Fascismo Propaganda e Consenso nel Portogallo Salazarista (1932-1944)*, Milão, Franco Angeli.
- DORRONSORO, G. (2005), *La Turquie conteste. Mobilisation sociales et régimes sécuritaires*, Paris, CNRS Éditions.
- MARAVALL, J. M. (1975), *Dictadura y Disentimiento Político: Obreros y Estudiantes Bajo el Franquismo*, Alfaguara, Madrid.
- WEBER, M. (1994), *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília.

Guya Accornero
CIES, ISCTE, IUL